



PROPOSTAS DO FÓRUM MINEIRO DE COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS AO CANDIDATO A ELEIÇÃO AO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

O FORUM MINEIRO DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS é uma Instância Colegiada formada pelo conjunto dos Comitês legalmente instituídos e das Comissões Pró-Formação de Comitês no âmbito do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos de Minas Gerais – SEGRH MG. O FORUM MINEIRO DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS, congregando os 36 Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais que são compostos por mais de dois mil representantes dos poderes públicos, dos usuários de águas e de organizações da sociedade civil, reside na busca da integração e gestão dos comitês em âmbito estadual e federal, no que couber, visando o fortalecimento como parte do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos de Minas Gerais – SEGRH/MG, tendo como fundamento a Gestão compartilhada, pois sabemos que todos os setores da sociedade tem uma importância enorme nesta construção de participação dos recursos hídricos de Minas Gerais. Os comitês de Bacia Hidrográfica de Minas Gerais exerce um papel de suma importância com relação aos recursos hídricos na gestão participava na área da saúde pública no estado. A nossa missão é articular a implementação, a integração e a gestão dos Comitês de Bacias de forma descentralizada, integrada e participativa. Os rios de Minas são uma das maiores riquezas do estado, mas infelizmente os nossos estão morrendo. A crise de escassez de chuvas dos últimos anos agravou a situação da quantidade e qualidade das bacias hidrográficas de Minas, que associado à poluição e as questões de gestão como as dificuldades de sobrevivência dos Comitês de Bacias Hidrográficas - CBH's, de escassez hídrica, focando a quantidade e a qualidade das águas, a deficiência da estrutura da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD, em especial do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM demonstram a necessidade urgente de uma ação política para que a gestão das águas seja fortalecida, visando à revitalização das bacias hidrográficas no estado de Minas Gerais. Tendo em vista estas considerações e a ampla experiência de gestão do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas - FMCBH estamos propondo a seguinte carta de intenção a ser assumido pelo futuro governador de estado no que se refere à política de gestão das águas;



1. Dar apoio financeiro e suporte técnico necessário para que os CBH's possam executar suas atividades plenamente.
2. Compromisso que os recursos do FHIDRO sejam aplicados anualmente como estabelece a lei, sem nenhum contingenciamento financeiro.
3. Fortalecimento técnico, financeiro, operacional do IGAM, para que possa exercer plenamente suas competências legais no estado de Minas Gerais, fortalecendo assim suas relações com os CBH's.
4. Que os processos de outorgas dos diferentes usos nos CBH's exceto os de prerrogativa do comitê, sejam analisados e liberados pelo IGAM.
5. Adoção da Bacia Hidrográfica como unidade de planejamento do Estado de Minas Gerais, permitindo a integração de políticas públicas e de desenvolvimento de acordo com potencialidades e limitações de cada território de bacia hidrográfica.
6. Integração do Licenciamento Ambiental com o Sistema de Gestão de recursos hídricos. Os sistemas gerados pelas leis federais 6.938/81 e 9.433/97 podem convergir em Minas Gerais através de Ato Administrativo que funcionem simultaneamente e de forma integrada, conforme desenho que expresse esta decisão.
7. O compromisso do governo do estado com as metas progressivas para melhoria da qualidade das águas das bacias hidrográficas, priorizando as bacias com maiores conflitos como o SF2; SF4, Comitê do Paraopeba e outros mais (como exemplo a meta do CBH Velhas 2010-2014).
8. Ter como meta a produção dos mapas das águas subterrâneas e atualizar os conhecimentos específicos das águas sub-superficiais e artesianas (lençol freático e lençol artesianos).
9. Implementar e implantar as outorgas de lançamentos, vinculada ao enquadramento dos cursos d'água.
10. Estabelecer as normas técnicas para o enquadramento das águas de todas as bacias hidrográficas.



11. Preservação dos rios atualmente classificados como de preservação permanente e manter os rios de classe 1 e classe especial. Respeitar os trechos já classificados ao proceder o licenciamento das atividades.
12. Definição de trechos lóticos sem barramentos por empreendimento hidrelétrico, devido à importância dos organismos aquáticos.
13. Garantir a integralidade biótica dos cursos d'água para manutenção da vida aquática medida pelo biomonitoramento.
14. Que o licenciamento ambiental das extrações de areia e de argila não sejam realizados por AAF's (Autorização Ambiental de Funcionamento), pois a maioria exerce a atividade como Classe três e a fiscalização não consegue identificar. Que seja realizada a liberação das Licenças Ambientais no mesmo curso d'água em análise integrada.
15. Incentivo às políticas públicas para que não haja canalizações de curso d'água nos perímetros urbanos.
16. Priorizar a interceptação e os tratamentos adequados dos esgotos, respeitando no lançamento a capacidade dos rios.
17. Promover incentivos fiscais para as empresas que reciclam resíduos sólidos e efluentes líquidos.
18. Proposta de desmatamento zero.
19. Reflorestamento das APP's (áreas de Preservação Permanentes) no entorno dos reservatórios das Pequenas Centrais Hidroelétricas e das hidroelétricas.
20. Bolsa Verde, que os pagamentos dos inscritos sejam realizados e que haja ampliação do programa.
21. Criar, junto a SUPRAM Noroeste, o núcleo regional do Instituto Mineiro de Gestão das Águas-Igãm, tendo em vista a grande aptidão da região com a adoção da agricultura irrigada, sendo o maior perímetro irrigado da América latino, com produção de cereais e pecuário confinado.



22. Incluir a bacia hidrográfica do rio Urucuia no Plano Plurianual de Ações Governamentais – PPAG, como programa de Estado para a elaboração de projetos de recuperação hidroambiental de bacias hidrográficas.
23. Energia: Diversificação da matriz energética (solar, eólica, biomassa).
24. Constituição de uma Frente Parlamentar da Água
25. Garantia da sustentabilidade financeira (estável) das entidades do SINGREH
26. Preservação dos rios atualmente classificados como de preservação permanente e ampliação dos rios de Classe Especial. Respeitar os trechos já classificados ao proceder o licenciamento das atividades.
27. Definição de trechos lóticos sem barramentos devido à importância dos organismos aquáticos.
28. Que o licenciamento ambiental das extrações de areia e de argila não sejam realizados por AAF's (Autorização Ambiental de Funcionamento), pois a maioria exerce a atividade como Classe 3 e a fiscalização não consegue identificar. Que seja realizada a liberação das Licenças Ambientais no mesmo curso d'água em análise integrada.
29. Proposta de desmatamento zero.
30. Fortalecimento das Agências de Bacias.

Hideraldo Buch
Coordenador Geral do FMCBH
Coordenação do FMCBH